

Sobre o trabalho heterogêneo: notas acerca da tese de Offe*

José Flávio Bertero**

Resumo:

Examino, aqui, a tese de Offe sobre a heterogeneidade do trabalho na sociedade contemporânea. Procuo mostrar, em oposição à dita tese de Offe, que o trabalho assalariado não só não está em vias de desaparecer, senão que ampliou-se, estendendo-se aos serviços e ao campo, bem como uniformizou-se ainda mais, provocando um alargamento do trabalho abstrato, graças sobretudo ao avanço tecnológico em curso.

Discorro, a seguir, sobre as idéias de Offe a respeito da categoria trabalho na sociedade contemporânea. Baseio-me, para isso, em seu texto intitulado “Trabalho como categoria sociológica fundamental?” Tais idéias, ao lado das de Bell (1978) e Gorz (1982), causaram grande impacto no pensamento sociológico, problematizando concepções consagradas e abrindo um intenso debate intelectual, com claras conotações teóricas e políticas, razão pela qual me proponho a examiná-las.

Offe começa, no referido texto, dialogando com os autores clássicos da sociologia: Durkheim, Weber e Marx, para os quais, segundo ele, o trabalho seria a categoria social central. A sociedade moderna, no seu entender, fora concebida por esses autores como sociedade do trabalho (1989: 13). O modelo [diz] de uma sociedade burguesa voltada para a atividade econômica, dedicada ao trabalho, impulsionada por sua racionalidade e abalada pelos conflitos trabalhistas, constitui o centro das pesquisas de Marx, Weber e Durkheim, configurando uma nítida identidade, apesar das divergências entre eles na abordagem metodológica e nos resultados teóricos (Id: 14).

* OFFE, C. Trabalho como categoria sociológica fundamental? In: *Trabalho e sociedade*, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989. Também publicado sob o título de Trabalho: a categoria sociológica chave? In: *Capitalismo desorganizado*. São Paulo: Brasiliense, 1989. As citações feitas por mim baseiam-se na primeira indicação.

** Professor Aposentado do Departamento de Sociologia da FCL da UNESP de Araraquara. Atual Professor do Departamento de Ciências Sociais da UEL, Londrina, Paraná.

Já aí há, a meu ver, um problema. Em Marx, é certo, o trabalho é o substrato da vida social. Entretanto, isto não ocorre nem em Weber, nem em Durkheim. Para o primeiro destes dois últimos autores a vida social não tem um substrato. Longe disso: ela é infinita e desordenada; além do que, é descontínua, sem regularidades e sem sentido próprio, fruto que é do agir dos indivíduos, que o fazem livremente, atribuindo significados variáveis às suas ações, significados esses que irão compor o social.

Se Weber trata o trabalho como vocação, isto se verifica em uma circunstância específica, a do século XVII, em que procura compreender o sentido dado às suas ações pelos homens, movidos por ideais religiosos, a fim de demonstrar a afinidade entre a ética protestante, na sua versão calvinista, e o espírito capitalista nascente.

Já para Durkheim, ao contrário de Weber, a vida social tem um substrato. Esse substrato é, contudo, a moral e não o trabalho. A vida social é, para ele, um sistema de órgãos e funções, um organismo, pode-se dizer, cujo fundamento reside na moral ou consciência social. Distancia-se, assim, de Marx, para quem a sociedade é vista como um conjunto de relações sociais de produção, relações essas de classes e não interindivíduos, o que detonaria a sociedade, que não é um mero aglomerado de indivíduos. Durkheim faz menção ao trabalho, melhor dizendo, à divisão social do trabalho, apenas para explicar a passagem de uma vida social primitiva, que designa de solidariedade mecânica, à vida social moderna, chamada por ele de solidariedade orgânica, cuja emergência e conservação é causada basicamente pelo desenvolvimento da aludida divisão do trabalho.

Nisto radica uma diferença enorme entre ele e Marx. Pois, para este, a divisão do trabalho promove uma contradição fundamental no seio da sociedade, qual seja, a oposição que é inerente à propriedade privada. Porque ela implica não somente a distribuição desigual de funções no interior da produção, mas também a repartição igualmente desigual do usufruto dos produtos. Divisão do trabalho e propriedade privada, consoante Marx, são expressões idênticas: com a primeira enuncia-se, em relação à atividade, o que se enuncia com a segunda, em relação ao produto da atividade. A divisão do trabalho, a seu ver, está na origem das classes sociais. A burguesia, por exemplo, nasceu com o comércio (Bottigelli, 1974: 176). Mais ainda: o trabalho é, para ele, uma atividade racional, transformadora, por meio da qual os homens produzem as condições de sua existência, quer dizer, produzem coisas úteis às suas vidas, bem como, através dele, trabalho, produzem continuamente novas necessidades, as suas próprias relações de produção, cujo conjunto forma a sociedade, com seus valores, ideais, princípios, normas, crenças, convicções e demais formas de consciência social, a saber: jurídicas, políticas, religiosas, filosóficas, artísticas, literárias etc.; sempre conectadas à produção material, da qual são expressões, se bem que frequentemente invertidas (Marx, 1974: 135/36; 1974^a: 88; Lefebvre, 1971: 103/4).

Visto desse modo, o trabalho é práxis. Mesmo quando alienado, como ocorre com o trabalho assalariado, ele não deixa de ser práxis, que pressupõe a junção entre pensamento e ação e sem a qual a sociedade não se reproduz nem se transforma (Marx, 1983: 149/150).

Em Durkheim, ao contrário de Marx, a divisão do trabalho produz a solidariedade entre as pessoas, ou seja, a coesão social. Tampouco o trabalho é a categoria fundante do seu edifício social, bem como não ocupa lugar primordial na sua sociologia, cujo cerne é a moral. Pensar o inverso é considerá-lo um autor materialista, coisa que não é. Ele é, na realidade, o oposto disso. Apesar de positivista, beira o idealismo, pelo fato de conceber a sociedade como uma representação de si mesma, a qual precede e explica tudo (Giannotti, 1975: 61).

Não é inteiramente correta, pois, a afirmação de Offe conforme a qual é preciso esclarecer “(...) o papel especial que o trabalho e a sua divisão, a classe trabalhadora e seus hábitos de trabalho, a organização do trabalho e a concepção de racionalidade dela derivada representam na fase clássica da sociologia”. Essa afirmação é válida para Marx. Não o é, contudo, para Weber e Durkheim. A racionalidade em Weber não é imanente ao social. Ela lhe é atribuída pelas pessoas que, ao agirem com determinadas intenções, dotam suas ações de significados, os quais passam a compor o social. Em Durkheim, para simplificar, a sociedade é um conjunto de instituições ou, de um modo mais abstrato, é a consciência que ela tem de si mesma. Não se trata, neste caso, de racionalidade e sim de normas e valores que norteiam a conduta social das pessoas. É com isso que ele se preocupa. Quer entender a conduta dos homens na sociedade. Aliás, não só ele, senão também Weber. Ambos estudam a conduta social humana. Claro é que com perspectivas diferentes. Enquanto Weber quer compreender o significado das ações sociais, tendo em conta o que as motivou e a ocasião em que se realizaram, Durkheim quer entender se as condutas das pessoas são funcionais ou disfuncionais à reprodução social.

Ao admitir a centralidade do trabalho nos clássicos, indistintamente, Offe, além de abstrair as particularidades de cada um deles, deforma as suas idéias. Haja vista a sua afirmação de que “(...) todas as sociedades são impedidas a estabelecer, através do trabalho, uma relação metabólica com a natureza...”. Até aqui, seria possível achar que o conceito de sociedade do trabalho “é uma trivialidade sociológica, e assim esquecê-lo, por referir a apenas uma eterna necessidade da vida social (Id: 13)”.

Ora, isso é próprio de Marx, não de Weber nem de Durkheim. Para Marx, o trabalho é fundamental à vida social. É ele que a possibilita e a sustenta. Possibilita-a, porque não há como sobreviver sem ele. Neste sentido, ele é algo natural, eterno, isto é, que existiu no passado, existe no presente e que provavelmente continuará existindo no futuro. Pois não há como satisfazer as necessidades sociais senão

por meio dele. Sem ele, não teríamos como sobreviver. Sustenta a vida social, por fundamentá-la. É em torno dele que esta se ergue e se organiza. Assim como é ele que lhe dá materialidade. Daí porque, quando se decreta o seu fim, decreta-se o fim da sociedade do trabalho, mas também da sua materialidade. Fala-se, então, de uma nova sociedade, onde não mais vigoram o trabalho e as classes, cuja constituição deriva da relação que os homens estabelecem entre si e com os meios de produção no processo produtivo. É o que sucede com Offe, conforme se verá. Ele nos fala do advento de uma sociedade inédita, a pós-industrial, desprovida de materialidade, marcada por uma nova subjetividade (Id: 18).

Segundo Marx, o que diferencia as distintas sociedades é a maneira de produzir, que depende do grau do desenvolvimento das forças produtivas, mas que implica sempre uma certa modalidade de trabalho: escravo, servil, assalariado, modalidades essas determinadas (pelas) e determinantes (das) suas respectivas vidas sociais. Embora o processo de trabalho seja geral e, enquanto tal, natural, eterno, a forma pela qual ele se realiza histórica e concretamente é sempre particular, específica. A produção em geral é uma abstração, razoável, diga-se, mas não mais que uma abstração, ensina-nos Marx (1983: 153; 1974: 110). A produção é sempre historicamente determinada e determinante.

Por fim, em Weber, a vocação ao trabalho decorre do dogma calvinista segundo o qual Deus criou o mundo para sua glória, e que nós devemos trabalhar neste mundo para a sua glória. Disso resulta uma valorização do mundo terreno. A salvação ocorrerá noutro mundo. Aqui na terra, para assegurar o seu estado de graça, o homem deve trabalhar o tempo todo a favor do que lhe foi destinado. É o trabalho constante e árduo que serve para aumentar a glória de Deus, de acordo com a sua inequívoca vontade e não o ócio e o prazer, os quais são condenáveis. Não é o trabalho em si, mas o trabalho racional, como vocação, que é pedido por Deus: trabalho sistemático, regular, em suma, racional. A ênfase é posta neste caráter metódico da ascese (devoção) vocacional (Weber, 1974^a: 212/215).

O trabalho não é o centro da vida social. É apenas um de seus elementos, dentre outros. Nenhum deles é mais importante que os demais. Todos os elementos componentes da vida social são igualmente relevantes. A escolha de um deles depende dos objetivos do investigador. No caso de Weber, o seu objetivo em seu estudo sobre a ética protestante era o de mostrar os efeitos da religião, na sua versão calvinista, na gênese do capitalismo moderno, cuja característica básica é a racionalidade. Paradoxalmente, o calvinismo, com seu princípio irracional de predestinação, levou os homens a adotarem uma conduta racional, que se harmonizava com o espírito do capitalismo nascente, e assim favoreceu o desenvolvimento do capitalismo moderno.

Não dá, portanto, para identificar os clássicos a partir da categoria trabalho. A não ser para Marx, o trabalho não é a categoria central. Em Weber, não há

centralidade, pois o social é desordenado, inestruturado. Em Durkheim, a categoria fundante da vida social é como vimos a consciência ou a moral social. Com efeito, o conceito de sociedade do trabalho não é aplicável a eles indistintamente.

Isso posto, retomemos a análise de Offe. Ele diz que “o que temos que indagar é se hoje ainda podemos sustentar essa suposição - da vigência da sociedade do trabalho, com todo o cuidado, designada de materialista – dos clássicos do pensamento sociológico” (Id: 14). *Essa é a sua primeira questão.*

Quanto aos clássicos, cremos ter discorrido o essencial sobre essa questão. Cabe-nos examinar, a partir daqui, a sua tese de que o trabalho (assalariado) não é mais a categoria central da vida social. Declara que o trabalho (assalariado, não é demais insistir), não é mais aquele de outrora; que ele perdeu a sua centralidade, isto é, perdeu a sua capacidade de organizar a vida social e a vida particular das pessoas, assim como deixou de ser o fator responsável pela existência dos conflitos sociais (Id: 16). Logo, conclui que já não mais estamos diante de uma sociedade do trabalho. Também esta mudou. O modelo de sociedade apoiada no trabalho, como queriam os clássicos, representa hoje uma posição conservadora, sentença (Id: 18). Há um afastamento das estruturas, conflitos e perspectivas de desenvolvimento do trabalho social – aqui, convém ressaltar, já não mais se trata somente do trabalho assalariado, mas também do trabalho social, abstrato, o qual estaria se não igualmente no fim, pelo menos em crise. O trabalho social perdeu a sua vigência plena. Ele vigora, agora apenas na indústria. O trabalho assalariado, por seu lado, encontra-se diferenciado internamente. Também ele não mais constitui uma unidade. Tornou-se heterogêneo. Fato que atinge sobretudo o trabalho social, que se dilacerou, perdendo a sua unidade.

Com ele dilacerou-se a sociedade do trabalho, que, além de perder a sua base material, o trabalho assalariado, deixou de ser uma unidade. De sorte que não mais vivemos numa sociedade do trabalho. Tal sociedade desabou e atomizou-se. A vida social não gira mais em torno dele, trabalho. Tampouco a sua dinâmica é imprimida por ele, que perdeu a sua força determinadora das estruturas social, política e ideológica. Os principais conflitos sociais não mais lhe dizem respeito. Eles são cada vez menos de cunho trabalhista. Assistimos hoje a emergência de uma nova racionalidade, não mais estribada no cálculo e na rentabilidade. A nova racionalidade opõe-se a esta racionalidade, na medida em que não é produtivista. Ao lado desta nova racionalidade, surgiu uma nova ética, contrária à antiga ética do trabalho, a do não-trabalho (Id: 18/19).

Em síntese, o real não é mais o mesmo dos dias anteriores. Tornou-se somente diverso, não unitário, inestruturado, desorganizado e desprovido de sentido, até mesmo para os trabalhadores. *Essa é a sua segunda questão.*

Para evitar dúvidas, citemo-lo: “(...) Esses sintomas de grande e crescente heterogeneidade tornam duvidosa a persistência de qualquer relevância sensível do

trabalho remunerado dependente, enquanto tal, na percepção dos interesses sociais, na auto-consciência, no comportamento organizacional e político dos trabalhadores. Não seria mais apropriado concluir que o trabalho teria se tornado 'abstrato', no sentido de considerá-lo tão só como categoria da estatística social descritiva, e não mais como categoria analítica para a explicação das estruturas, conflitos e ações sociais?" (Id: 20/21 – grifos meus).

Adverte-nos, a propósito, que: "(...) a qualidade trabalhador dificilmente ainda pode ser tomada como ponto de partida para a formulação de agregados culturais, organizacionais e políticos, e para interpretações coletivas" (Id. 21). "(...) o trabalho assalariado [prossegue] (...) não representa mais nenhum papel privilegiado enquanto foco da atenção e significação social, ou decisão sociopolítica" (Id: 21). "(...) Muitas atividades remuneradas têm uma relação quase que apenas nominal com o trabalho, seja objetivamente ou como vivência subjetiva" (Id: 22).

O que quer dizer que o trabalho não é mais o centro, do ângulo social, objetivo, e do ângulo individual, subjetivo. Tanto um como o outro não se organizam mais em função do trabalho. A perda da sua centralidade afeta inclusive a subjetividade das pessoas. Daí porque os novos temas da sociologia a que se reporta. Fala-nos, aliás, de novas abordagens, em geral próprias das estruturas parciais em vigor. Essas mudanças de temas, segundo ele, refletem as mudanças pelas quais a sociedade vem passando. É nos novos temas da produção sociológica expressos em pesquisas, dissertações, teses, títulos de artigos e livros, catálogos de livros etc., que encontra a confirmação de suas idéias. Temas esses não mais concernentes ao trabalho, a saber: família, papéis sexuais, saúde, comportamento divergente, interação da administração estatal e seus clientes etc. Essas abordagens, diz: "(...) assinalam um novo idealismo, um novo subjetivismo e uma nova ideologia" (Id: 18). Ou seja, já não é mais possível conceber o social sob a ótica materialista e explicá-lo de forma objetiva e científica e, pode-se acrescentar, enquanto uma totalidade.

Há problemas nisso. Um deles radica no fato de procurar a comprovação de sua idéia acerca da perda da centralidade do trabalho nos novos temas da produção sociológica e de outras coisas já assinaladas, não mais relativas ao trabalho e aos seus conflitos. Essa argumentação é falaciosa. Ela não se fundamenta na realidade histórica concreta, mas nas suas representações, as quais são normalmente ideológicas. Mesmo que não fossem, não se comprova uma idéia com outra idéia. Pior: no caso, nem idéias são e sim temas, títulos etc. Trata-se, no fundo, de uma visão ideológica, desprovida de cientificidade. O que não é novidade, em se tratando de sociologia. Ela é, no entender de Darhendorf (1978: 118), a ideologia de nossa época. Tal afirmação, é verdade, nega a contradição existente no seu interior. Mesmo assim, há que se indagar a respeito da cientificidade de conceitos sociológicos tais como: sociedade pós-industrial, sociedade pós-capitalista, sociedade da informação, sociedade informática, sociedade em rede, sociedade

global etc., freqüentes nos dias correntes.

A julgar pelas evidências, tais concepções não encontram respaldo na realidade que aí está, a qual nunca foi tão industrializada como o é agora, nada tendo, pois, de pós-industrial, conceito este, aliás, sobre o qual se tem entendimentos variados. Em Bell (1978: 148), ele está associado à prevalência dos serviços; em Gorz (1982: 17 e 20), ao não-trabalho e à não-classes; em Offe, é uma espécie de mistura das idéias de Bell e Gorz. Posteriormente, Bell e Gorz alteram as suas concepções a esse respeito. O primeiro deles, passa a denominar a sociedade atual de sociedade da informação (Kumar 1997: 21); Gorz (2005: 13 e 29), por sua vez, a chamará de sociedade do conhecimento. Conforme se nota, ora é uma coisa, ora é outra. A imprecisão salta aos olhos, ao passo que a realidade social é uma só. E, ao que tudo indica, nenhum dos referidos conceitos é realmente explicativo dela. Por isso, eles só se justificam, já o observamos, de um ponto de vista ideológico. A sociologia, pelo exposto, continua a cumprir a sua sina, a de ideologia de nossa época. Ganha sentido, portanto, a sua observação de que as novas abordagens mencionadas estariam exprimindo “um novo idealismo”, “um novo subjetivismo” (Id: 18).

O ocaso do trabalho provocou, além da perda da sua centralidade, a perda da materialidade da vida social. Mais do que isso: provocou a implosão desta, atomizando-a, de modo que ela não mais constitui uma unidade, existindo apenas e tão somente em seus aspectos parciais, na sua diversidade empírica, característica da vida mediata, cotidiana. Não é por mero modismo que as novas abordagens se reportam amiúde ao cotidiano. É que a vida social dilacerou-se, segundo elas, evidentemente. Não mais constitui uma totalidade, seja nos termos de Marx, seja nos termos de Durkheim. Quanto a isso, Weber tem particularidades. Não há nele nenhuma noção de totalidade. O social é infundável e inabarcável, fluxo contínuo que é.

A sociedade já não é a mesma. Não mais se apóia no trabalho, nem é estruturada em classes, como fora a sua antecessora, a sociedade industrial. A mudança, denota-se, não é só em relação ao trabalho, senão também, e principalmente, em relação à sociedade capitalista. O fim da sociedade do trabalho nada mais é que o fim desta sociedade. Tal mudança, carece explicitar, ocorreu naturalmente, isto é, sem que houvesse a necessidade de intervenção das lutas sociais, que geralmente caracterizam as épocas de grandes transformações históricas. Certo é que não se deu por acaso, mas em estreita relação com algumas mutações que vinham acontecendo, dentre as quais, sobretudo um expressivo avanço tecnológico, que está provocando uma autêntica revolução, decorrente mormente do emprego da microeletrônica no processo de produção.

Há nisso um evidente evolucionismo. Mas há também uma apologia da ordem social instituída, que, temos dito, ainda é capitalista. Por mais que ela tenha mudado, e mudou, essa mudança não dissolveu as relações sociais que a constituem. Se

bem que modificadas, ambas, relações e sociedade, mantêm-se. Percebe-se mais claramente o teor apologético da análise do nosso interlocutor. Isso fica mais nítido quando se tem em conta que tais mudanças atingem as relações de poder, as quais não mais se definem em função das classes.

Nada disso, porém, abala Offe. Ao revés. Argumentação desse tipo, a seu ver, é pouco convincente, “(...) pois as diversas clivagens do trabalho assalariado, supostamente determinado unitariamente em sua forma, são por demais evidentes” (Id: 22). Assinala quatro clivagens básicas: 1) as concernentes à diferenciação do mercado de trabalho; 2) as relativas à ausência de vínculos empregatícios nas relações de trabalho; 3) as referentes às cisões no seio dos trabalhadores assalariados (a economia subterrânea ou clandestina, mais conhecida entre nós como informal) e ao crescimento de “posições de classes intermediárias”; 4) finalmente, delineiam-se clivagens entre o trabalho produtor de bens e o trabalho produtor de serviços (Id: 22).

Concentra a sua atenção nestas últimas clivagens, visto que elas se tornaram a base dos estudos sobre a emergência da sociedade pós-industrial, na qual predominam os serviços. Onde estes predominam, a sociedade industrial cede lugar para a sociedade pós-industrial. Estaríamos, assim, transitando daquela para esta forma societária. Assume, dessa maneira, o conceito de sociedade pós-industrial. Aproxima-se, neste caso, de Bell (1978: 148), com a peculiaridade de proclamar a *heterogeneidade do trabalho*, notadamente nos serviços, cuja expansão, sabemos, é a responsável pelo advento da aludida sociedade pós-industrial (grifos meus).

Esclarece que na atividade industrial ainda vigoram o trabalho abstrato e a racionalidade capitalista; que o mesmo não acontece nos serviços, onde o próprio trabalho é reflexivo, em substituição ao capital, em que o próprio trabalho elabora-se e mantém-se a si mesmo. Quer dizer com isso que os serviços estão à margem da produção social, cujo comando pertencia ao capital, ao qual não se submetem, sendo esta a razão por que eles não são regidos por suas leis. Fato que repercute na composição social, propiciando o incremento de “posições de classes intermediárias”. O trabalho social, abstrato, decompôs-se. Perdeu a sua unidade. Ele só tem, agora, validade parcial, isto é, somente na indústria. Os serviços comprovam isso. Eles estão “fora e além” dele, trabalho social, bem como do capital. Observa, a propósito, que “(...) mesmo abstraindo-se da multiplicidade empírica das situações de trabalho, *não mais se pode falar de uma unidade fundamental, de um tipo de racionalidade organizando e regendo todo o trabalho*” (Id: 24 – grifos meus).

Ora, sabe-se que os serviços são formas especiais da produção social (Oliveira, 1978: 139). Além disso, não obstante os seus produtos sejam em regra imateriais, muitos deles são mercantilizados, dentre os quais não poucos são produtivos. Claro é que há serviços públicos, os quais nem sempre são mercantilizados, mas cujos funcionários são assalariados, fato que os conecta ao trabalho social, mesmo

sendo pagos com dinheiro público e não com capital variável. Neste caso, eles são improdutivos. O que também sucede com os serviços domésticos, quando pagos com renda, e com os serviços comercial e bancário, que, muito embora sejam pagos com capital variável, são igualmente improdutivos, por pertencerem à esfera da circulação. Obviamente, são mercantilizados. A mercantilização é geral. Só não o é plenamente por causa dos serviços públicos. É por meio dela, mercantilização, que o prestador de serviços se enreda na produção social. Estabelece vínculos com ela, passando assim a integrá-la. A expansão da mercantilização estimula a expansão da referida produção social, a qual, na esteira daquela, amplia-se e difunde-se entre os seus vários ramos. Ao fazê-lo, impõe não só aos serviços, senão também aos demais ramos da produção social, a sua maneira industrial de produzir, que se encontra numa fase avançada do seu desenvolvimento, chamada por alguns analistas de terceira revolução industrial.

Nesse sentido, os serviços não se diferenciam da indústria propriamente dita, nem da agropecuária. Tal como elas, submetem-se aos ditames da produção social, que é capitalista, a cuja lógica obedecem. O trabalho que neles se realiza, salvo algumas exceções mencionadas, rende-lhe um excedente (Braverman, 1977: 305/306; Oliveira, 1978: 144) sob a forma de mais-valia, principalmente da mais-valia relativa, ramos da indústria que são, juntamente com a agropecuária e a fábrica. A indústria e, com ela, o modo de produção especificamente capitalista, estendem-se a toda a sociedade. Isto sim é inédito, não tem precedente na história. A sociedade nunca foi tão industrializada como o é nos tempos recentes, reafirmamos. Não se justifica, pois, o argumento em favor do advento de uma sociedade pós-industrial, a qual não passa de uma expressão imaginária.

Porém, isso não é visível porque essas relações são transmutadas na vida imediata, esfera superficial da vida social, que tem como uma de suas características a heterogeneidade (Heller, 1985: 18 e 27), de que Offe é refém. Não por acaso reduz o trabalho social ao trabalho imediato, heterogêneo. Não lhe ocorre que este trabalho, mesmo quando informal, não regulamentado, não se realiza isoladamente, mas como parte de um organismo social que o transcende e o compreende e do qual é expressão concreta. Que ele só pode se realizar como órgão deste organismo social que é o trabalho coletivo. É esse trabalho que se socializa crescentemente, alargando a sua abrangência sobre as várias formas concretas de trabalho. Ao passo que o seu produto tende a ser apropriado de modo cada vez mais privado. A sua apropriação não é mais direta, via trabalho, mas indireta, sob a forma de salário, lucro ou juro e renda da terra, cujo caráter social é inegável. Também por aí se evidencia o caráter social da produção. Não de uma produção social qualquer, e sim da produção social capitalista, cuja especificidade reside no trabalho assalariado e na mais-valia, negados por Offe.

Afasta-se, assim, qualquer dúvida porventura ainda existente a respeito de que

a produção persiste capitalista. Persistência essa que ocorre numa fase avançada do seu desenvolvimento, a monopolista-financeira, que opera em escala mundial (Chesnais, 1997: 21/22). Sendo capitalista, obviamente, ela é mercantil, aliás ela nunca foi tão mercantilizada quanto o é hodiernamente. Enquanto permanecer mercantil, o valor permanecerá como definidor da sua sociabilidade. Se o valor persiste como definidor da sua sociabilidade, é porque certamente ela persiste capitalista. Além do que, o valor é regulador da troca e da dinâmica da acumulação, agora atravancada pela crise por que passa, cuja causa já explicitamos. Para dizer o óbvio, não há valor sem trabalho, sua substância e medida. Assim como não há acumulação sem mais-valia, cuja fonte, repetimos, é o trabalho abstrato. Sob o capitalismo, o trabalho não produz apenas valor de uso, ele produz valor e, sobretudo, mais-valia. Esse é, indiscutivelmente, o indicador maior de que a sociedade persiste capitalista e a sua dinâmica regida pelo valor.

Malgrado reduzido, especialmente em sua forma operário-fábrica, e da sua crescente diversidade empírica, o trabalho, é ainda a fonte do valor. Se não fosse, não haveria crise, que, insistimos, é crise do capital, cuja expansão está bloqueada, não pela diminuição ou heterogeneidade do trabalho concreto, mas pela desproporção entre a massa de capital acumulada e a massa de mais-valia gerada, que faz com que decresça a taxa de lucro. O excesso de capital que disso deriva provoca a sua ociosidade, causando o desemprego, o qual é agravado pela inovação tecnológica. É, pois, no movimento do capital que encontramos a explicação do desemprego, do subemprego, da informalidade, da precarização do trabalho, enfim, que assolam a sociedade contemporânea.

Cumprir reiterar, no entanto, que a fonte do valor não é o trabalho concreto, visto que o trabalho que o produz é o trabalho abstrato, do qual o trabalho concreto é expressão e sem o qual, portanto, ele não se realiza. E nem mesmo troca há. Fato é que ele se realiza, bem como a troca. Viabiliza-a, o valor, que é produto do trabalho abstrato. Não só. Também a mais-valia é produto desta forma de trabalho. Sem ela, não há capital ou, pelo menos, teríamos que redefini-lo. O que parece não ser o caso, pois não só há capital como há a sociedade em que ele é o mandatário mor, a capitalista. Fica, assim, inviabilizado o conceito de sociedade pós-industrial. A não ser de um ponto de vista ideológico, não se justifica o seu emprego, mesmo porque a indústria generalizou-se. Estendeu o seu modo de produzir ao campo e aos serviços, convertendo-os em seus ramos. A sociedade tornou-se plenamente industrializada, o que jamais ocorrera antes.

Mas não é só. Como vimos, também estamos longe do fim do trabalho abstrato. Antes pelo contrário, é o especialista que está condenado a desaparecer. No seu lugar comparece o trabalho universal, que vem sendo chamado, com propriedade, se bem que apologeticamente, de polivalente. Apologeticamente,

porque vem sendo apresentado como dotado de qualidades excepcionais, uma espécie por assim dizer de novo virtuoso, quando, na verdade, sucede o inverso. Com propriedade, porque esse termo exprime a universalidade do trabalho, a qual pressupõe uma maior simplificação sua, imposta pela adoção da nova tecnologia. É esta que subverte o processo de trabalho de modo a extirpar as especializações porventura ainda existentes e ampliar a sua universalização. É essa a sua tendência natural, pois só assim pode reduzir o tempo de trabalho socialmente necessário, imprescindível à sua contínua valorização. Se esta se depara com entraves, eles não decorrem de uma suposta crise do trabalho, mas da sobreacumulação, que causa a queda da taxa de lucro. O que é uma maneira de evidenciar a existência da lei do valor. Tal vigência depende, por seu turno, da vigência do trabalho social. O valor é a objetivação desse trabalho, universal, conforme já assinalamos, de que os muitos e diversos trabalhos concretos são formas particulares de existência e sem o qual não vigiriam o valor e a sua lei. É o que mostra a experiência cotidiana. Segundo esta a diversidade concreta do trabalho não suprime a sua universalidade. Caso suprimisse, não se teria como equiparar entre si os seus diferentes produtos: as mercadorias. A troca seria inviabilizada. No entanto, não só as distintas mercadorias são equiparadas, como a troca é viabilizada. Isto porque as várias formas concretas de trabalho, responsáveis pela criação das diversas mercadorias, são reduzidas a algo puramente social, a saber: o trabalho abstrato. Essa redução consiste na abolição da sua efetiva desigualdade que, consoante vimos, ocorre diariamente, a todo instante. Numa sociedade igual a nossa, em que o trabalho é medido pelo tempo, esse fato é inevitável. E o trabalho que se mede desse modo não aparece como trabalho de diferentes sujeitos. Em vez disso, as pessoas que trabalham aparecem como órgãos do trabalho social. Trabalho esse em que qualquer indivíduo médio pode realizar e ingressar sob uma de suas inúmeras formas concretas, desde que se insira na divisão social do trabalho, que não acabou e sim se redefiniu.

Porém, para ele, Offe, nada disso é válido hoje. Tudo isso é resquício de um marxismo ortodoxo superado, “sem qualquer chance acadêmica respeitável” (Id: 35). O modelo de sociedade “centrado no trabalho”, subjacente aos conceitos de “capitalismo” e de “sociedade industrial” não mais pode ser visto como base teórica apropriada da sociologia (Id: 33). *Essa é, na verdade, a sua terceira questão.* “(...) O trabalho assalariado, diz, não representa mais nenhum papel privilegiado enquanto foco de atenção e significação social, ou de cisão sociopolítica (...)” (Id: 21). Mas é a diferenciação do trabalho que fornece o principal fundamento (tanto do ponto de vista do peso quantitativo dos serviços nas sociedades pós-industriais, como do ponto de vista dos critérios de racionalidade que os regem) “de que hoje, mesmo abstraído-se da multiplicidade empírica das situações de trabalho, não mais se pode falar de uma unidade fundamental, de um tipo de racionalidade

organizando e regendo todo o trabalho” (Id: 24).

Essa constatação acerca da descentralização do trabalho não é nova, uma vez que ela já fora apontada por outros analistas antes dele. Cremos já ter respondido a essa e a outras questões. A nosso ver, Offe reduz a produção social à produção imediata, o social, à vida imediata, o trabalho social, às suas variadas formas concretas. É essa a razão por que fala em heterogeneidade do trabalho e decomposição social, de novo subjetivismo e de novo idealismo etc. Essas características são próprias da vida imediata, cotidiana. A despeito de reais, essas características são fenomênicas, aparentes, ilusórias e, como tais, negadoras da unidade do social e do trabalho. Se essa unidade tivesse de fato rompida, o social teria realmente implodido, bem como o trabalho. Acontece que a vida imediata não tem existência própria. Ela só existe como parte de uma realidade maior que a antecede e a determina: a sociedade. A realidade imediata não é mais que a forma de manifestação desta, seu modo de realizar-se concretamente. Por isso mesmo, é inseparável dela. A sociedade é una, indivisível, não obstante comporte a diversidade no seu interior. E quem lhe dá unidade é o capital. Ele é um universal concreto, um ser social que se realiza concretamente de modo diverso, ao engendrar reiteradamente as condições de sua existência. Permanece, assim, reflexionante. Não cedeu essa condição ao trabalho heterogêneo, como afirma Offe. Continua sendo o sujeito de seu próprio processo. Nem ele, nem o trabalho encontram-se em extinção. Ao contrário, a crise pela qual passa ratifica a sua continuidade, resultante que é da queda da taxa de lucro, o que corrobora a vigência da lei do valor. Aliás, nada melhor do que ela para provar tal vigência; que, por seu lado, prova a existência do capital, que não é uma coisa, a bem da verdade, mas valor, que se autovaloriza seguidamente. Quando não consegue fazê-lo, tende a entrar em crise, que não significa necessariamente o seu fim. A sociedade permanece de acumulação capitalista. Ela é, com efeito, capitalista. Mesmo porque ela não abriu mão das relações sociais que a formam, nem tampouco da forma de propriedade em que repousa, ambas capitalistas.

Vamos mais longe nessa argumentação. A apropriação do produto social gerado continua sendo feita socialmente, através de um mecanismo chamado distribuição. Essa distribuição não é senão um momento da produção social, que compreende, ademais, a produção em sentido restrito, a circulação, o consumo e a distribuição das condições de produção, isto é, dos meios de produção e da força de trabalho. Esses vários momentos em que se desdobra a produção social são determinados pelo modo de produção capitalista, ao mesmo tempo em que o reitera, se bem que modificado.

Alongamo-nos a respeito do caráter social da produção por julgarmos necessário à nossa interlocução. Voltemos, entretanto, ao trabalho. Também ele

é uno. As suas várias formas concretas supõem a cooperação, a troca e a divisão do trabalho, sem o que elas não se realizam. Elas só podem se realizar como partículas do trabalho social, do qual são manifestações concretas. É esse trabalho social que assume diariamente formas diversas. Ele é um universal, que se faz concreto, uma unidade que compreende diferenças no seu interior; é, por assim dizer, uma unidade do diverso. Não para Offe, é evidente, para quem há somente a diversidade, prisioneiro que é das formas fenomênicas, próprias da vida imediata, a que se atém, na qual a vida social se exterioriza e, ao mesmo tempo, se esconde (Kosik, 1976: 72).

O trabalho heterogêneo de Offe, bem se sabe, não é senão o trabalho concreto, empírico, que nada mais é que a forma de realização do trabalho social, abstrato, cuja generalidade é efetivada pela indústria moderna, que mudou muito, impulsionada pelo crescimento das forças produtivas, que tem ampliado a divisão do trabalho e a troca, ambas pressupostos da sua referida generalidade. Não apenas isso. Ao longo desse processo, a indústria generalizou-se. Pode-se dizer que ela invadiu a agropecuária e os serviços e, mais recentemente, ganhou novo alento com a adoção de novas tecnologias, em particular a microeletrônica, que vem revolucionando a sua maneira de produzir e simplificando ainda mais o trabalho que, por causa disso, universaliza-se mais, de forma a reduzir as especialidades que lhe restam. A especialização é pretérita, pertence ao passado; a universalização é presente e, por certo, pertence ao futuro. Querer voltar à especialização, o que não é o caso de Offe, que decreta o fim das profissões, mas de tantos outros, já observamos em estudos anteriores (Bertero, 2002: 6) é querer perpetuar, segundo as palavras de Marx (1974^a: 114), “o idiotismo da profissão”.

Prova isso, hoje mais do que nunca, a sua mobilidade, por meio da qual se pode passar facilmente de uma modalidade a outra de trabalho e da qual a polivalência é uma das suas manifestações empíricas. Há muito, pelo menos desde a primeira revolução industrial, no século XVIII, o trabalho compreende um duplo aspecto: geral e particular, trabalho social que se particulariza em trabalho concreto. Ele não perdeu a sua generalidade, ainda a conserva. Apesar de realizar-se diversamente e de a indústria estar se reestruturando, tal generalidade permanece posta por ela. A automação microeletrônica, contrariamente ao que se pensa, confirma-a e a amplia. O que é um progresso, a bem da verdade. Logo, o trabalho ainda é uma unidade, do diverso, para repetir o já dito, mas uma unidade, que se realiza diversamente, é um universal-concreto (Marx, 1983: 47/51 e 52); (Giannotti, 1975: 91/92 e 93); (Bertero, 2002: 3/4 e 5).

É este o motivo pelo qual não se pode endossar a idéia de que o trabalho implodiu. Tal idéia nega a sua universalidade. Se esta tivesse verdadeiramente desaparecido, a troca seria inviabilizada e estaríamos frente a uma nova

sociabilidade, o que não acontece. Corroborar isso o elevado grau de expansão alcançado pela troca, a qual invadiu até mesmo os lugares mais distantes do mundo. A sociabilidade que se define na troca, por meio da forma valor, é capitalista, a qual não acabou. Se a sociabilidade persiste capitalista, é porque a sociedade na qual ela vigora não se auto-superou, nem se decompôs. Bem ao inverso disso, ela continua capitalista, dotada de uma sociabilidade própria e que, igualmente ao trabalho, seu fundamento material, abarca a diversidade. Também ela é uma unidade do diverso; uma síntese de muitas determinações; síntese que é feita incessantemente pelo capital, esse sujeito automático que a domina e que põe e repõe, nesse processo de síntese, as efetivas condições de sua existência (Marx, 1974: 112 e 123; Giannotti, 1966: 193, 1975: 89 e 98).

Mais do que isso. A universalidade do trabalho abstrato resulta, bem se sabe, da simplificação que é imposta ao trabalho pela máquina. À medida que esta evolui, e com ela o sistema de máquinas, o trabalho tende a uma maior universalização. É o que se assiste nos dias que correm, com a inovação tecnológica em curso. Ao defender a heterogeneidade do trabalho, Offe não apenas ignora isso, como reduz o trabalho abstrato ao trabalho concreto. Consequentemente, ele perde de vista o seu caráter social, geral, indiferenciado, o qual é ratificado e alargado pela nova tecnologia e pela generalização da indústria (Oliveira, 1978: 139/141 e 149; Lojkin, 1990: 29/41 e 43; Taulie, 1999: 171/172; Mandel, 1982: 266/270 e 271).

Essa generalização da indústria, resultante da sua extensão aos serviços e à agropecuária, altera as relações sociais neles vigentes e, por conseguinte, as suas composições sociais. A mudança que disso decorre é de ordem técnica e econômica, mas é também, e, sobretudo, de ordem social, cuja estrutura é unificada. O proletário e a burguesia estão agora, presentes nos serviços e no campo. O mesmo sucede com o operário. Talvez em menor número e, no caso específico dos serviços, em apenas algumas atividades, como os transportes, por exemplo. Todos eles diferenciados internamente. Classe social alguma é homogênea. Nem mesmo a burguesia o é. Ela é diferenciada em burguesia industrial, comercial, financeira, agrária, segundo o tipo de capital de que é portadora; em alta, média e pequena burguesia, de acordo com o montante de seus respectivos capitais; é diferenciada, ainda, dentro de cada um desses segmentos, conforme os volumes de seus capitais e as suas capacidades de se reproduzirem. Fato esse notório, mormente na pequena burguesia, parte da qual já é, quase sempre, semiproletária.

Também o proletariado é diferenciado internamente. Tomemos como exemplo o caso do médico assalariado em uma clínica de saúde ou hospital privados. Ele é, neste caso, um assalariado cujo trabalho se realiza numa empresa, sob seu mando, e que valoriza o seu negócio, gerando-lhe um excedente, e que tão logo se torne desnecessário a essa valorização, é posto no olho da rua. Enquanto tal,

ele é, além de assalariado, um proletário. Os exemplos são muitos. Limitar-me-ei a apenas alguns deles. O jornalista que trabalha para uma empresa jornalística, ou uma editora; o professor de uma instituição privada de ensino, o ator que trabalha para uma empresa teatral etc.

Embora esses profissionais normalmente ostentem uma posição social e uma consciência de classe distinta da do proletariado, a situação de classe deles é realmente proletária. E o que lhes dá identidade é justamente o que Offe pretende destruir, ou seja, o trabalho abstrato. Os seus trabalhos são partículas concretas desse trabalho. São simples órgãos desse organismo social que é o trabalho abstrato, essa máquina produtiva humana, cuja abstração ocorre todo dia, a todo instante, e sem a qual não haveria valor, troca e sociabilidade capitalista.

Tal identidade, conforme se nota, verifica-se num nível mais profundo e amplo. Em nível empírico, dá-lhes identidade, as profissões, contrariando Offe, por terem desaparecido, segundo ele, malgrado a tendência à uniformização e universalização do trabalho; os salários, esse interesse comum que os liga entre si e os opõe aos patrões; as condições de trabalho e de vida etc.

Coloquemos mais elementos nesse exame. Qual é a diferença, é oportuno indagar, entre o trabalho de um empregado de escritório de uma fábrica e o de um operário de chão de fábrica, quando os dois operam um computador? O que pode diferenciá-los é o programa que executam. Como, em geral, este não é elaborado por nenhum deles, eles não são mais que simples operadores de determinados programas. Talvez a diferença entre eles resida no objeto e no produto de seus trabalhos. De resto, são iguais, a menos que se entenda, com razão, o trabalho de escritório como improdutivo. Mas isso não acontece com outros trabalhos, como o de um engenheiro de uma empresa industrial, desde que assalariado e que também opere um determinado programa de computador. Neste caso, ele é um trabalhador produtivo. Logo, é um proletário. Ou, ainda, não acontece igualmente com outros trabalhos, entre os quais os que possuem semelhanças com os dos operários cujas operações não estão informatizadas. Os transportes parecem se encaixar aí.

Cabe fazer aqui algumas observações. Uma delas é que apesar de o trabalho assalariado ser pressuposto do trabalho proletário e do trabalho operário, nem todo assalariado é proletário ou operário, assim como nem todo proletário é operário. O assalariado é mais abrangente que o proletário e este é mais abrangente que o operariado. Outra delas são o alargamento e a diversificação do proletariado, mormente nos serviços, alargamento esse que tem como pressuposto o alargamento do trabalho abstrato, o qual passa a abranger um rol maior de trabalhos concretos, particularmente nos serviços (Braverman, 1977: 347/349 e 353; Oliveira, 1978: 141/149).

Assim sendo, nem o trabalho (assalariado e abstrato), nem as classes sociais

estão em fase terminal, nem muito menos perderam a importância na sociedade contemporânea. O trabalho assalariado permanece como seu substrato material, em torno do qual se estabelecem as relações sociais que a constituem. Relações estas, a bem da verdade, de classes, a cujas existências são inerentes conflitos que, além de inconciliáveis, revelam a sua contradição maior. Os seus interesses são opostos. É esta a razão pela qual elas não existem sem lutas. As lutas entre elas são inerentes às suas existências, ensinam-nos os esquerdistas franceses (Althusser, 1980: 134; Balibar, 1975: 71).

Evidencia-se, mais uma vez, a inconsistência dos argumentos de Offe a respeito da heterogeneidade do trabalho, da emergência da sociedade pós-industrial, das não-classes dos não-trabalhadores, do subproletariado, e outras coisas mais. A sociedade permanece industrial e capitalista. É ela que promove a generalização da indústria no seu seio, a qual tende a uniformizar e a universalizar o trabalho, a ampliar a sua socialização, o seu assalariamento, e a inclusão de serviços e do trabalho rural no âmbito do trabalho produtivo, quer dizer, proletário. Potencializa, assim, uma massa de trabalho, mas, em contrapartida, esteriliza outro tanto dele. Trata-se de um movimento contraditório, em que ela através de seu mandatário, o capital, põe sucessivamente os seus pressupostos como seus resultados. Sem isso, não se a entende, menos ainda a crise por que passa há cerca de três décadas.

Mais ainda: negar isso é não só não compreendê-la como mistificá-la. É não compreender as particularidades assumidas por ela nos dias atuais, a saber: o novo padrão de acumulação instalado sob a hegemonia do capital financeiro, que compreende empresas das áreas de telecomunicação, comunicação, informática e serviços. Padrão esse que se originou dos impasses nos quais desembocou a acumulação no começo da década de setenta e cuja implantação se deve tanto à economia quanto à política econômica adotada pelo estado. Foi graças à intervenção sistemática deste que foram criadas as condições necessárias à sua implementação e consolidação. Ele desregulamentou mercados de trabalho e, sobretudo, de capital, privatizou empresas, reduziu os serviços públicos, estimulou a centralização de capitais, agravou o desemprego e o subemprego e acentuou a desigualdade social. Deu assim ao capital ampla liberdade de movimento, para que pudesse se instalar onde quisesse, o tempo que quisesse, tendo como suporte um mínimo de obrigações trabalhistas e tributárias. Sindicatos foram acudados, greves sufocadas (Chesnais, 1997: 24 e 25). Tudo isso em prol da nova ordem que, conforme se nota, se apóia em interesses materiais (Anderson, 1995: 11/15).

Sem isso tudo não se entende o crescimento do desemprego e do subemprego, que assolam a sociedade contemporânea. O aviltamento do trabalho é hoje geral. Ocorre em toda a parte, com a redução de empregos estáveis, o uso de subcontratações, o aumento dos temporários, dos em tempo parcial, eventuais,

por conta própria, do trabalho a domicílio etc. (Singer, 1998: 4/5). Essa é a prática em vigor: reduzir ao máximo o pessoal empregado com a finalidade de rebaixar os custos de produção e dificultar a organização dos trabalhadores, mediante o incremento do desemprego e a degradação das condições de trabalho, que os enfraquece politicamente e os põe na defensiva (Fergus, s/data: 75/80 e 81; Mandel, 1990: 231). Esse processo, cuja origem recente remonta à década de setenta, momento da eclosão da crise econômica que envolve a sociedade ainda hoje, foi precedido por um período (1945-1973) de grande expansão capitalista, que propiciou uma sobreacumulação de capital, que, por sua vez, reduziu na sua dificuldade de se reproduzir ampliadamente, gerando a referida crise, processo esse acelerado artificialmente pela ação estatal, a partir dos anos setenta e começo dos anos oitenta, quando passa a adotar medidas privatistas, desreguladoras e de contenção de gastos. O capital expõe, assim, a sua face perversa. Mas não dilui as suas contradições internas. Ao revés, as agrava. Mesmo porque, cresce o trabalho assalariado, alarga-se o rol do trabalho produtivo e, logo, do proletariado, os quais ganham uma maior abrangência.

Tudo isso passa despercebido na análise de Offe, ou melhor, é negado. Daí porque o seu caráter apologético da ordem social instalada, que permanece capitalista, a qual pretende perpetuar. A não ser desse ponto de vista apologético, não há razão para se falar em aversão à lógica e a ética da sociedade do trabalho, do que resulta uma não-classe de não-trabalhadores, dotada de uma nova cultura, não mais centrada no trabalho, qual seja, a cultura do desemprego, subproletária, que nada mais tem a ver com o antigo exército de reserva, em virtude do caráter heterogêneo do trabalho, que o impede de cumprir as suas funções clássicas, isto é, de reserva de mão-de-obra e de compressora salarial, o que é contestável, a nosso ver.

Senão, vejamos. Temos hoje uma concorrência internacionalizada entre os trabalhadores em torno do mercado de trabalho e do preço da força de trabalho, na qual os trabalhadores foram lançados pela expansão capitalista em escala mundial. Já não mais se trata de competir em mercados e reduzir salários em níveis nacionais, mas em nível mundial, de reduzir os salários, por exemplo, aos níveis vigentes na China e na Índia, indubitavelmente os atuais grandes celeiros de trabalhadores (Chesnais, 2006: 2/3 e 5). Há hoje uma exploração desenfreada do proletariado em âmbito mundial. As recentes reformas promovidas pelos estados nacionais facilitaram a instalação das condições necessárias para isso. Afinal, não era esse o seu objetivo maior, o de dar ao capital igualdade de condições, nivelando-as por baixo, para que pudesse melhor operar internacionalmente? Tais reformas, juntamente com as novas tecnologias, que simplificam o trabalho, favoreceram a unificação do mercado de trabalho, e, por conseguinte, do exército de reserva em

escala internacional. Temos aí um indicador da atualidade do exército de reserva e, portanto, da existência de outro segmento do proletariado, definitivamente internacionalizado, cujas fileiras são engrossadas pela massa de desempregados e subdesempregados que abarrotam o mundo.

Para finalizar, diremos que Offe confunde a centralidade do trabalho com o trabalho enquanto substrato da vida social. A centralidade do trabalho realmente acabou, pelo menos desde a primeira revolução industrial, a do século XVIII. A partir dali, ele deixou de ser a categoria central da produção capitalista. Foi deslocado desta função pela máquina, que passou a embasar a referida produção. Não fora assim, a sua organização social não teria se tornado científica, nem o modo de produção especificamente capitalista teria se implantado, assim como a subordinação real do trabalho ao capital. A rigor, o processo de trabalho deixou de ser propriamente processo de trabalho, visto que ele não mais se assenta no trabalho, nem é mais este, portanto, que o domina e lhe dá forma. Permanece, contudo, como processo de trabalho enquanto processo por meio do qual ocorre a criação de valor de uso. Como se vê, a não ser de um ponto de vista ideológico, não se justifica o estardalhaço de Offe a respeito do fim da centralidade do trabalho.

O mesmo não acontece em relação ao trabalho enquanto fundamento material da vida social. Sob o capitalismo, esse trabalho é o trabalho assalariado, seu produto, mas que, ao mesmo tempo, lhe confere particularidade. Sem ele, não há capital, que, muito embora revista a forma de coisa, é uma relação social de produção, de classes. Bem como sem ele não há materialidade da vida social. Por isso, se tivesse em extinção, como postula Offe, a vida social teria realmente se decomposto. Pois é ele, trabalho assalariado, que, além de particularizá-la, lhe dá sustentação. Ao negligenciar isso tudo, Offe se identifica com Gorz e Bell, seus precursores.

Bibliografia

- ALTHUSSER, L. (1980). Marxismo e luta de classes. In: *Posições*—2. Rio de Janeiro: Graal.
- ANDERSON, P. (1995). Balanço do neo-liberalismo. Sader, E. (org.). *Pós-modernismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- BALIBAR, E. (1975). Capital e trabalho assalariado. In: *Cinco estudos do materialismo histórico*. Lisboa: Martins Fontes.
- BELL, D. (1978). *O advento da sociedade pós-industrial*. São Paulo: Cultrix.
- _____. (1997). A sociedade da informação. KUMAR, K. *Da sociedade pós-industrial à pós-moderna*. Rio de Janeiro: Zahar.

- BERTERO, J. F. (2002). Os novos proletários do mundo na virada do século. Londrina. UEL. *Textos de Ciências Sociais* n.º 1.
- BOTTIGELLI, E. (1971). *A gênese do socialismo científico*. Lisboa: Editorial Estampa.
- BRAVERMAN, H. (1977). *Trabalho e capital monopolista*. Rio de Janeiro: Zahar.
- CHESNAIS, F. (1997). A emergência de um regime de acumulação mundial predominantemente financeiro. *Praga*, n. 3, Hucitec.
- _____. (2006). A mundialização do exército de reserva. *Revista eletrônica "O Comuneiro"*, n. 3.
- DAHRENDORF, R. (1978). Sociologia e sociedade industrial. In: MARTINS, J. de S. et alli. *Sociologia e sociedade*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos.
- DURKHEIM, E. (1971). *As regras do método sociológico*. São Paulo: CEN.
- FERGUS, M. (s/d). *A descentralização da produção: o declínio do trabalhador coletivo de massa*. Araraquara. FCL. UNESP. Mimeo.
- GIANNOTTI, J. A. (1975). A sociedade como técnica da razão. Um ensaio sobre Durkheim. *Exercícios de filosofia*. São Paulo: Brasiliense/Cebrap.
- _____. (1975). Contra Althusser. *Exercícios de Filosofia*. São Paulo: Brasiliense/Cebrap.
- GORZ, A. (1982). *Adeus ao proletariado*. Rio de Janeiro: Forense.
- _____. (2005). *O Imaterial*. São Paulo: Annablume.
- HELLER, A. (1985). *O cotidiano e a história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- KOSIK, K. (1976). *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- LEFÈBVRE, H. (1971). O conceito de estrutura em Marx. In: BASTIDE, R. (org.) *Usos e sentidos do termo estrutura*. São Paulo: Editora Herder.
- LOJKINE, J. (1990). *A classe operária em mutação*. Belo Horizonte: Oficina do Livro. .
- MANDEL, E. (1982). O capitalismo tardio. São Paulo: Abril Cultural. *Os Economistas*.
- _____. (1990). *A crise do capital*. São Paulo: Editora Ensaio.
- MARX, K. (1974). O método da economia política. In: *Introdução à contribuição à crítica da Economia Política*. Contribuição à crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural.
- _____. (1984). *O capital*. Vol. 3, Tomo 2. São Paulo: Abril Cultural. *Os Economistas*.
- _____. (1974). *Prefácio à contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural.

- _____. (1983). *O Capital*. Vol. 1, tomo 1. São Paulo: Abril Cultural. *Os Economistas*.
- MARX, K. (1974^a). *Miséria filosofia*. Porto: Portugalense Editora.
- OFFE, C. (1989). O trabalho como categoria sociológica fundamental? In: *Trabalho e sociedade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- _____. (1989). Trabalho: a categoria sociológica chave? In: *Capitalismo desorganizado*. São Paulo: Brasiliense.
- OLIVEIRA, F. (1978). O terciário e a (re)divisão do trabalho. São Paulo: Vozes/Cebrap. *Estudos Cebrap 24*.
- ROSDOLSKY, R. (1979). *Génesis y estructura de "El Capital" de Marx*. México: Siglo Veintiuno Editores.
- SINGER, P. (1998). *Globalização e desemprego, diagnóstico e alternativa*. São Paulo: Contexto.
- TAULIE, J. R. (1999). As transformações do capitalismo contemporâneo e sua natureza na análise de Marx. *Revista de Economia Política*. 19, n. 1.
- WEBER, M. (s/d). *Ensaio sobre a metodologia sociológica*. Buenos Aires: Amorortu Editores.
- _____. (1974). Fundamentos metodológicos. In: *Sociologia y sociedad*. México: Fondo de Cultura Económica.
- _____. (1974^a). *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Abril Cultural.